

# Parlamentarismo sem gerais: Estelionato

**MAURO CHAVES**

Quase todos os argumentos que têm sido apresentados pelos líderes peemedebistas em favor do parlamentarismo são verdadeiros. E seriam perfeitos se não fossem tão clinicamente casuísticos, destinados a fazer com que o PMDB consiga, pela via indireta, preservar um Poder que o eleitorado brasileiro com absoluta certeza lhe retiraria, pela via direta.

É verdade — como dizem — que entre as democracias civilizadas do mundo contemporâneo o presidencialismo é uma exclusividade dos Estados Unidos; que lá está indissoluvelmente ligado, há duzentos anos, a um forte federalismo, às convicções e instituições democráticas profundamente arraigadas — já trazidas pelos pilgrim fathers —, à independência efetiva dos poderes de Estado e a outras tantas condições específicas que nossa formação histórica patrimonialista, imperial-paternalista, contra-reformista etc. não nos permitiram ter. Também é verdade que enquanto todas as democracias europeias de hoje têm regime de gabinete, nesta nossa sofrida América Latina de contínuos golpes, ditaduras militares e caudilhosismos é o presidencialismo que vigora. E indiscutível é que o regime parlamentarista contribui para fortalecer os partidos políticos e, talvez, elevar o padrão do Legislativo.

Muito bem. Se são tantas e inegáveis as vantagens do parlamentarismo, hoje defendido até com brilhantismo pelos líderes peemedebistas, porque cargas d'água nenhum desgraçado de candidato se lembrou de colocá-lo — ou de colocar a crítica ferrenha que hoje fazem ao presidencialismo — em sua plataforma eleitoral, durante a campanha das últimas eleições? Tão preocupados que estavam em cantar em verso e prosa as glórias do Cruzado e as perfídias dos detentores de boi gordo, nenhum candidato do PMDB se lembrou de avisar a seu eleitorado que mudaria o regime de governo do País, de tal forma que o presidente da República, a ser eleito diretamente por muitas dezenas de milhões de votos, viraria uma rainha da Inglaterra, enquanto o poder real do Executivo passaria para um dos parlamentares federais, escolhido pelo colégio eleitoral indireto do Parlamento. Quem viu, pelo horário gratuito do TRE, um líder do maior partido ou pelo menos um simples candidato sequer mencionar as palavras "parlamentarismo" ou "presidencialismo"?

Eis porque por mais empolgantes que possam ser os argumentos teóricos em favor do parlamentarismo, na prática a teoria fisiológica é outra: tudo serve como arranjo para não se largar a rapadura do poder, sabendo-se — como se tem certeza — que o eleitorado brasileiro está na ansiosa expectativa de realizar sua histórica cobrança, o seu enérgico julgamento de todos

os envolvidos, diretos ou indiretos, nesta grande Delinqüenciocracia certo dia batizada de "Nova República".

Aquilo que dizíamos na última quinta-feira foi plenamente confirmado por pesquisas posteriormente divulgadas: Ulysses Guimarães seria massacrado, não passaria de vice-lanterninha se concorresse à presidência da República. Em vista disso é claro que o ex-"senhor diretas" só poderia optar por continuar sendo oficialmente o que há três anos já é de fato, ou seja, primeiro-ministro — pelo que o parlamentarismo implantado agora teria a plena conotação de uma manobra prorrogacionista.

Pior de tudo é esse acordo — ou melhor, vergonhoso cambalacho — que está sendo entabulado entre as forças — ou quadrilhas? — políticas do poire e do Planalto, tendo em vista estabelecer parlamentarismo com cinco anos, iniciando no próximo janeiro, fazendo parte desta negociata constitucional a escolha desde já do primeiro-ministro — advinha quem? Comenta-se que para a concretização de referida tramóia já foram consultados até chefes militares, empresários... Mas e o eleitorado brasileiro, que não está preocupado com o sistema abstrato de governo (que seja o melhor) mas sim com o sistema concreto deste governo (que sabe o pior), desejando livrar-se dele rapidamente, com uma forte sacudida, como quem se livra de um penoso pesadelo?

Em apenas uma hipótese o parlamentarismo já, em seu indisfarçável oportunismo pró-PMDB, deixaria de ser uma nova versão de estelionato eleitoral — como o que derivou do Cruzado e do boi gordo: seria a de sua implantação ligada, necessariamente, a eleições gerais para o Parlamento, pois deste haveria de sair o comando do governo. Os eleitores, que escolheram os membros do atual Congresso para fazer uma Constituição e legislar — e não para administrar o País — votariam na próxima vez com a plena consciência de que estariam escolhendo o partido que governará e o primeiro-ministro. Durante a campanha, aí sim, todos os parlamentaristas poderiam explicar brilhantemente ao eleitorado todas aquelas excelências (recém-descobertas) do regime de governo de gabinete, tudo o que fariam graças ao mesmo — e que deixaram de explicar nas últimas eleições...

Há quem diga que o multipresidente Ulysses está coordenando esse cambalacho dos cinco anos com parlamentarismo" porque no fundo quer presidencialismo com quatro anos mesmo. Se assim for, mais elogiável do que tal rasteiro rapostismo seria o espírito de sacrifício do multi, que também veria na própria derrota a solução para a crise brasileira — já convencido, por todas as pesquisas de opinião, de que realmente é imbatível na Convenção de seu partido, mas batível nas demais eleições presidenciais diretas.